

## **IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO**

Licenciatura em Fiscalidade

Licenciatura em Fiscalidade (Pós-Laboral)

---

Código: 12103

Área Científica Predominante: Fiscalidade

Docente: José Carlos de Castro Abreu

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 45h Carga Trabalho: 95h

ECTS: 5,0

---

### **Objetivos**

O presente programa visa o estudo aprofundado da tributação do património, habilitando os alunos com os conhecimentos e competências próprias que lhes permitam:

- Compreender as implicações da reforma da tributação do património ao nível das novas realidades sujeitas a imposto e implicações ao nível dos impostos sobre o rendimento;
- Caracterizar a tributação dos imóveis em sede de IMI, quantificando a correspondente base tributável e sistematizando os meios de reacção associados à notificação do Valor Patrimonial Tributário;
- Determinar quem são os sujeitos passivos, o facto gerador, as isenções e as taxas de IMI;
- Conhecer as transmissões de imóveis sujeitas a IMT distinguindo a transmissão civil da transmissão fiscal, calculando a base tributável, sujeito passivo, taxas e isenções aplicáveis e obrigações a cumprir;
- Conhecer as novas realidades sujeitas a Imposto do Selo.

### **Resultados da Aprendizagem**

No final desta unidade curricular os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar as operações tributáveis em cada um imposto sobre o património e as obrigações dos sujeitos passivos;
- Calcular o valor tributável em cada transação;
- Aplicar o novo mecanismo para o cálculo do Valor Patrimonial Tributário (VPT);
- Conhecer e compreender a tributação das transmissões gratuitas no Sistema Fiscal Português;
- Compreender a importância do VPT na tributação do rendimento e suas implicações;
- Saber aplicar a legislação, instruções administrativas e doutrina relativas à tributação do património;

- Formular e resolver problemas desenvolvendo e aplicando um raciocínio técnico e científico adequado;
- Utilizar métodos de investigação em matéria de tributação do consumo e património, para encontrar a legislação e doutrinal aplicável a problemas em concreto, com vista à sua resolução.

### **Conteúdos Programáticos**

1. A tributação do património do Sistema Fiscal Português
2. Os objetivos, princípios e principais medidas da Reforma dos Impostos sobre o Património e suas implicações ao nível da tributação do rendimento.
3. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)
  - 3.1. A Incidência real
  - 3.2. A incidência pessoal
  - 3.3. Facto Gerador do imposto e territorialidade
  - 3.4. As Isenções e benefícios fiscais
  - 3.5. Matrizes prediais: conceito, organização, inscrição e reclamação
  - 3.6. Objeto e tipos de avaliação na determinação do Valor Patrimonial Tributário (VPT)
  - 3.7. Reclamações e Impugnações da avaliação
  - 3.8. As taxas do Imposto
  - 3.9. Liquidação e Pagamento do imposto
  - 3.10. Obrigações dos sujeitos passivos
4. O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)
  - 4.1. A Incidência real
  - 4.2. A incidência pessoal
  - 4.3. Facto Gerador do imposto e territorialidade
  - 4.4. As Isenções e benefícios fiscais
  - 4.5. A determinação do Valor Tributável: regra geral e regras especiais
  - 4.6. As taxas e sua aplicação temporal
  - 4.7. Liquidação, cobrança e pagamento do imposto

4.8. Obrigações e Garantias dos sujeitos passivos

4.9. Direito de preferência dos organismos públicos

5. O Imposto do Selo (IS)

5.1. A sujeição a IS das operações gratuitas:

5.1.1 - Incidência real, pessoal e encargo do imposto

5.1.2 – Territorialidade e incidência temporal

5.1.3 - Isenções

5.1.4 - Valor tributável e taxas (a tabela geral do IS)

5.1.5 - Competência para a liquidação

5.1.6 - Participação da transmissão de bens

5.1.7 - Liquidação e pagamento do imposto

5.1.8 - Fiscalização do Imposto

5.2. Outros atos e documentos sujeitos a IS:

5.2.1 - Incidência real, pessoal e encargo do imposto

5.2.2 – Territorialidade e incidência temporal

5.2.3 - Isenções

5.2.4 - Valor tributável e taxas (a tabela geral do IS)

5.2.5 - Competência para a liquidação

5.2.6 - Liquidação e pagamento do imposto

5.2.7 - Fiscalização do Imposto.

### **Bibliografia Recomendada**

LEGISLAÇÃO FISCAL:

Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Código do Imposto do Selo.

Estatuto dos Benefícios Fiscais.

FISCAL, 44ª Edição, Porto Editora

#### LIVROS:

MATEUS, J. Silvério; FREITAS, L. Corvelo (2005). Os Impostos sobre o Património Imobiliário. O Imposto do Selo, Lisboa, Engifisco.

PIRES, José Maria F. (2018), “Lições de Impostos sobre o Património e do Selo” 3.ª Edição, Almedina, Lisboa.

PIRES, José Maria F. (2017), “O adicional ao IMI e a tributação pessoal do património, Almedina, Lisboa.

ROCHA, Santos António; Brás, Eduardo José Martins (2022), “IMI – IMT e Imposto do Selo (Anotados e Comentados) – 3.ª edição, Almedina

#### **Métodos de Ensino e de Aprendizagem**

O estabelecimento do programa e a escolha dos métodos de ensino e avaliação dependem, em regra, dos objetivos a atingir.

Assim, considerando que o propósito central desta disciplina é dar uma visão panorâmica da tributação do património, os pontos selecionados para a composição do programa da disciplina correspondem a um núcleo de matérias consideradas essenciais no âmbito das referidas áreas.

A abordagem e exposição dos vários conteúdos programáticos serão orientadas de modo a permitir a concretização dos objetivos identificados, sendo de salientar, de um modo geral, a compreensão dos principais problemas associados a cada temática, domínio dos conceitos-chave e conhecimento da tributação do património vigente em Portugal.

Assim, e estando em causa o objetivo de formar profissionais qualificados no domínio da Contabilidade e da Fiscalidade, o programa foi definido tendo por base, os objetivos que se pretendem alcançar, bem como, as competências a serem adquiridas pelos alunos.

Em cada um dos domínios de abordagem tem-se em vista o objetivo que visa o desenvolvimento de um espírito crítico e de iniciativa para que os alunos que exerçam ou venham a exercer atividade na área contabilístico-fiscal sejam capazes de identificar as melhores práticas e saber aplicá-las à realidade própria de cada entidade.

#### **Métodos de Avaliação**

No âmbito da Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de avaliação:

Avaliação através de dois testes parciais (provas escritas que incidem sobre uma parte delimitada do programa).

Para a aprovação à unidade curricular é condição que, em cada um dos testes, o estudante obtenha uma nota mínima de 8 valores (numa escala de 0 a 20 valores) e que a média final dos dois testes seja superior ou igual a 9,5 valores (numa escala de 0 a 20 valores).

Os alunos que não obtenham aprovação através da avaliação prevista terão que se submeter às épocas de exames

previstas. Nestes casos, ao aluno corresponderá, como nota final, a nota obtida no exame.

#### Cálculo classificação final

1. A nota mínima de aprovação à disciplina, seja qual for o sistema de avaliação, é de 10 valores.
2. 1º Teste parcial (40%); 2º Teste parcial (60%).
3. Os alunos poderão realizar melhoria de nota nos termos gerais previstos no Regulamento Académico.